

# Estudo Técnico Preliminar 23/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.012371/2019-74

## 2. Referências Legais

2.1 Identifica-se como parâmetros legais específicos à contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias a subsidiar a contratação de forma **geral**:

i) *Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998*. Trata da extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Em seu artigo 1º a referida lei diz: “Os cargos vagos integrantes da estrutura dos órgãos e entidades relacionados no Anexo I desta Medida Provisória ficam extintos, e os cargos ocupados, constantes do Anexo II, passam a integrar Quadro em Extinção”.

Ou seja, no anexo I daquela Lei, estão listados os cargos vagos automaticamente extintos. Já, no Anexo II, estão os cargos ocupados que entraram em extinção e somente poderão ser realmente extintos quando em vacância, conforme o parágrafo único do artigo 1º: “Os cargos ocupados serão extintos quando ocorrer a sua vacância, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos, inclusive promoção”. Segue o link deste diploma legal: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9632.htm). Segue o link dos Anexos I e II, que estão digitalizados a partir de uma impressão de sistema informacional antigo e, portanto, não permite busca textual: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1998-2000/anexo/AnL963298.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1998-2000/anexo/AnL963298.pdf).

ii) O *Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018*: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

iii) Art. 37, XXI, da CF/88, estabelece que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

iv) Art. 1, da Lei 10.520/2002, estabelece que para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

v) A *IN SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017*: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. *Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015*. O uso de radiofrequência para comunicação entre profissionais da Portaria é regulado pelo Ministério das Telecomunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações por meio da citada Lei Federal, regulamentada pela Resolução ANATEL nº 680, de 27 de junho de 2017.

vi) *Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021*, em vigor, com número de registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):PE000021/2021.

vii) *Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015. O uso de radiofrequência para comunicação entre profissionais da Portaria é regulado pelo Ministério das Telecomunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações por meio da citada Lei Federal, regulamentada pela Resolução ANATEL nº 680, de 27 de junho de 2017.*

viii) **Lei nº 14.019/2020:** dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;

ix) **Lei nº 16.918/2020, do estado de Pernambuco:** dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços que indica durante o período da pandemia causada pelo Covid-19 e dá outras providências;

x) **Protocolo padrão para atividades em funcionamento durante a pandemia da COVID-19**, da Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Pernambuco, disponível em <<https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/protocolo-padrao-de-convivencia-com-a-covid.pdf>>;

xi) **Protocolo mínimo para retomada dos serviços públicos presenciais - COVID-19**, da Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Pernambuco, disponível em <<https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/servicos-publicos-plano-de-convivencia.pdf>>.

### 3. Objeto/Objetivo da Contratação

**3.1 Objetivo Geral :** Desenvolver estudo a fim de assegurar a viabilidade técnica da contratação de que trata o referido DFD, qual seja, prestação de **serviço de PORTARIA, em regime de dedicação exclusiva, no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco.**

#### 3.2 Objetivos Específicos:

(i) Elaborar estudo à luz da *IN SEGES/MPDG n.º 05/2017*, quanto à classificação e natureza dos serviços, identificando demais normativos legais que disciplinem a contratação pretendida, embasando Termo de Referência a ser elaborado;

(ii) Apresentar parâmetros mínimos de qualidade visando à obtenção da proposta mais vantajosa;

(iii) Identificar a melhor solução, dentre as praticadas no âmbito da Administração Pública Federal, preferencialmente no âmbito das Instituições Federais de Ensino, visando à eficácia da contratação;

(iv) Incluir à solução proposta os parâmetros que tornem viável a contratação de empresa especializada que possa atuar no Campus Recife da UFPE, de forma contínua, com sistema de rede de radiocomunicação, em alinhamento com planejamento estratégico da Segurança Institucional da Universidade.

(v) Subsidiar o Termo de Referência originado diretamente deste Estudo indicará a necessidade de contratação de empresa para, em regime indireto, prestar serviço de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias. Contudo, a solução integrada de Segurança Universitária ainda conta com outros subsistemas que, no futuro, deverão dar cabimento a uma diversificação no tipo de serviço contratado, podendo gerar outras contratações. Por isso admite-se o atual modelo de contratação apenas de Porteiros, mas se desaconselha que esse modelo seja renovado ininterruptamente.

### 3.3 Objetivos Complementares:

A Universidade é um ambiente que traz novos desafios à segurança, exigindo uma postura inovadora. A Superintendência de Segurança Institucional da UFPE tem empregado estratégias e tecnologias em segurança, na vanguarda do setor universitário e da gestão pública, tornando-se referência no setor em nível nacional.

A execução dos serviços deve ser acompanhada/fiscalizada pela contratante. A contratada não deve compartilhar os recursos humanos e/ou materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. Contudo, não se deve esquecer que mesmo a atividade de **Portaria** tem por objetivos de sua política a **dignidade da pessoa humana, a segurança dos cidadãos**, a prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos e o aprimoramento técnico dos profissionais do setor.

Num delicado desempenho de suas atividades, a Segurança Institucional e nisso acompanha a empresa a ser contratada para prestar o serviço de Portaria, precisam ter uma postura compatível para com o contexto acadêmico para que elas mesmas não se tornem aquela impertinência injusta gerada internamente. E, concorrentemente a isso, ainda que simultaneamente em alguns casos, é exigido que tenham o vigor, o preparo e os recursos suficientes para evitar que os fatores geradores de insegurança externa adentrem ao campus.

Já a postura compatível a que se fala é tecida pela prática da atividade disciplinar pelos princípios da legalidade, proporcionalidade, necessidade e ética, sempre tratando as pessoas de forma justa e igualitária, prezando sempre que possível pela cortesia, urbanidade e parcimônia.

## 4. Descrição da necessidade

4.1 A Universidade Federal de Pernambuco é uma autarquia educacional federal, com sede e foro legal na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, está dispersa espacialmente nos campi: Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru, cobrindo uma área de 148,65 hectares (1,5 km²). Desempenha suas atividades mediante o engajamento de mais de 6 mil docentes e técnicos, que assistem a aproximadamente 40 mil estudantes, além dos usuários de serviços de assistência ou abrangidos por projetos de extensão.

4.2 Os campi e seus Centros Acadêmicos não param, além das atividades normais de ensino da graduação e pós-graduação e das atividades administrativas de expediente que cobrem a faixa de dia e horário da segunda a sexta-feira do início da manhã (aproximadamente às 7h) até o fim da noite (aproximadamente às 22h). Além desse horário acadêmico normal ainda há atividades acadêmicas, mesmo de ensino, que ocorrem nos finais de semana; atividades acadêmicas, extraclasse, tais como projetos de extensão e de pesquisa; projetos de pesquisa em laboratórios que não podem ter seu fluxo interrompido, havendo casos que os pesquisadores pernoitam na Universidade; a residência estudantil universitária tem fluxo como qualquer condomínio residencial, com necessidades de trânsito de pedestres e veículos em feriados e madrugadas; atividades extra acadêmicas, como eventos esportivos e artísticos; o uso das vias do campus como rota alternativa para o tráfego de veículos da região metropolitana; o uso do espaço do campus como ambiente de convivência comunitária, para prática de esporte, lazer etc.

4.3 É, justamente, porque a Universidade não para, mas tem picos de fluxo, que o contrato de Portaria precisa acompanhar a flutuabilidade da demanda.

4.4 Entre as atividades meio que, na verdade, entrelaçam-se com os objetivos estratégicos da instituição está a promoção de um ambiente universitário seguro realizado, sobretudo, pelo aparato de Segurança Institucional.

4.5 No âmbito da UFPE, ora entidade pública contratante, o Sistema Integrado de Segurança Institucional-Inteligente (SISI) reúne uma solução de segurança prestada por vários agentes, coordenada pela Superintendência de Segurança Institucional da UFPE. Portanto, a empresa

especializada em Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias contratada para prestação do serviço de Portaria no âmbito da UFPE, atuará compondo apenas uma parte da solução articulada pelo sistema integrado. Outros agentes tais como a segurança orgânica e as agências policiais atuam no mesmo sistema, cada um conforme sua competência.

4.6 Todo esse sistema de segurança tem atribuições abrangentes na defesa e proteção:

- das pessoas integrantes da comunidade acadêmica, bem como a pessoas circunstancialmente inseridas na abrangência de responsabilidade da Universidade;
- das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as atividades de apoio à realização delas;
- do patrimônio cultural, histórico, artístico e intelectual;
- da integridade institucional, sobretudo, os bens intangíveis, como a imagem institucional e a credibilidade pública para com a Universidade e dos bens materiais móveis e das instalações.

4.7 Para justificar a contratação se deve destacar dois fatores: extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional conforme prever a *Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998*; e a fluutuabilidade da demanda, como discorreremos abaixo.

4.8 Tendo em vista, a extinção dos cargos de Porteiros, prevista na Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, faz-se necessária a prestação deste serviço de forma indireta para garantir o bom andamento do serviço prestado por esta instituição.

4.9 Apesar de se observar fluutuabilidade em relação aos dias e horários semanais, a demanda é ininterrupta e ocorre em faixas do dia que não costuma ocorrer em outros órgãos e/ou entidades públicas. Os horários das atividades acadêmicas não são convencionais, tais como outros órgãos e entidades públicas; assim como dentro do espaço universitário ocorrem outras atividades que decorrentes do envolvimento com a comunidade circunvizinha. Em lista sucinta elencamos fatores ou atividades que compõem a manutenção da função operacional da segurança de forma ininterrupta:

- (i) Atividades acadêmicas, mesmo de ensino, que ocorrem nos finais de semana;
- (ii) Atividades acadêmicas, extraclasse, tais como projetos de extensão e de pesquisa;
- (iii) Projetos de pesquisa em laboratórios que não podem ter seu fluxo interrompido, havendo casos que os pesquisadores pernoitam na Universidade;
- (iv) A residência estudantil universitária tem fluxo como qualquer condomínio residencial, com frequente fluxo de trânsito de pedestres e veículos em feriados e madrugadas;
- (v) Atividades extra acadêmicas, como eventos esportivos e artísticos;
- (vi) Uso das vias do *campus* como rota alternativa para o tráfego de veículos da região metropolitana;
- (vii) Uso do espaço do *campus* como ambiente de convivência comunitária, para prática de esporte, lazer etc.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Fiscalização e Controle Urbano (DFC)	Paulo Roberto Pergentino das Candeias (SIAPE: 1791999)

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 O edital licitatório, elaborado a partir de modelo padronizado pela Advocacia-Geral da União, conterá as regras para participação no certame licitatório.

6.2 O edital licitatório, em modelo padronizado pela Advocacia-Geral da União, elencará a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, e à qualificação econômico-financeira.

6.2.1 Para efeito de habilitação econômico-financeira deve-se observar o que dispõe o *subitem 11.1 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017*, não cabendo supressão de nenhum requisito de qualificação técnica e econômico-financeira como aventado pelo *item 12* do mesmo anexo, a considerar a natureza e o vulto da licitação.

6.3 Para efeito de qualificação técnico-operacional, deve-se observar o que dispõe os subitens 10.6, 10.6.1, 10.7, 10.7.1, 10.8, 10.9 e 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

6.3.1 Na contratação deste serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a UFPE deverá exigir em Edital:

6.3.1.1 Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no município de prestação do serviço ou região a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

6.3.1.2 Atestado comprovando que a licitante tenha executado contrato com no mínimo 61 (sessenta e um) profissionais registrados em serviços de terceirização de Portaria ou semelhantes, equivalente a 50% dos profissionais previstos para esta contratação, por período não inferior a 3 (três) anos.

6.3.1.2.1 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata subitem 6.3.1.2 acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

6.3.1.2.2 Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;

6.3.1.2.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

6.3.1.2.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

6.3.1.2.5 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

6.4 Em atendimento à *alínea “b” do subitem 3.3 do anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017*, ratifica-se os serviços a serem contratados como sendo de ***natureza continuada***, pois

pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento

das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (*Artigo 15 da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017*).

6.5 Visando atender ao exigido na alínea “c” do subitem 3.3 do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, são os seguintes os critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como obrigação da contratada, considerando os seguintes tópicos temáticos:

(i) Responsabilidade social:

a. Admissão de mão de obra local, preferencialmente domiciliada nos bairros adjacentes aos postos de alocação, de modo a atender o exigido no *art. 4º do Decreto nº 7.746/2012*;

b. Valorização do profissional Porteiro;

c. Admissão de mulheres;

d. Qualificação e capacitação em Direitos Humanos e Atendimento ao usuário-cidadão;

e. Capacitação para uso e interpretação de Libras.

(ii) Gestão ambiental consciente:

a. Gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias de pilhas.

*6.5.1 Responsabilidade social – Valorização do profissional Porteiro:*

6.5.1.1 Ainda sob a orientação da responsabilidade social, cuidar de seus colaboradores, firmar um ambiente psicológico de confiança e de maior predisposição ao serviço, gerando naturalmente melhores resultados. Tendo em vista isso, e aquilo que já é tratado pela Convenção Coletiva de Trabalho de Porteiro em Pernambuco, em vigor, que há a indicação de inserção de cláusulas contratuais que exijam, premiem ou estimulem: o uso de equipamentos de proteção individual e coletivos; que pagamentos aos funcionários sejam feitos em data regular, independente da situação momentânea do pagamento entre contratada e contratante; que haja programa contínuo de desenvolvimento humano dos funcionários, sobretudo, incentivo à melhor escolarização e formação de melhores condições à adesão a assistência à saúde do funcionário e sua família.

*6.5.2 Responsabilidade social – admissão de mulheres:*

6.5.2.1 Fica a Contratada obrigada a vincular ao contrato a ser firmado, no mínimo, **20% (vinte por cento) de efetivo do sexo feminino do quantitativo geral**. A alocação de profissionais do sexo feminino no percentual aqui exigido se justifica pelo exposto abaixo:

(i) A contratação de profissionais do sexo feminino vai ao encontro de políticas que visam combater a discriminação de sexo e, ainda, às boas práticas sustentáveis para serviços de Portaria indicadas pelo Ministério do Planejamento.

*6.5.3 Responsabilidade social – capacitação para o uso e interpretação de Libras:*

6.5.3.1 A empresa a ser contratada deve assegurar a alocação de profissionais capacitados no uso e interpretação de Libras, considerando o disposto na *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*, no percentual exigido pelo *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*, que exige garantia de tratamento diferenciado à população surda- muda.

6.5.3.2 Além de se trata de uma exigência legal, justifica-se a alocação de profissionais capacitados em Libras o fato de que atualmente a UFPE oferece anualmente 30 vagas para a graduação em Libras, o que gera um fluxo concomitante de aproximadamente 80 surdos discentes, além dos visitantes e discentes de outros cursos.

6.5.3.3 Devem ser observados os prazos de 60 (sessenta dias) para que a empresa Contratada inicie os cursos de capacitações, as suas expensas, caso não esteja satisfeito percentual de 5% exigido pela legislação pertinente; e de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogável, para que o percentual legal seja atendido ao menos com funcionários capacitados em nível básico de conversão em Libras.

6.5.3.4 Caso, porventura, o contrato sofra prorrogação/renovação, a quota já atingida deve ser mantida mediante as práticas adequadas de recrutamento, seleção e capacitação dos profissionais Porteiros a ele vinculado.

6.5.4 *Gestão ambiental consciente – gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias de pilhas:*

6.5.4.1 A contratada deverá observar a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008, de 4 de novembro de 2008*, para a aquisição de pilhas e baterias de pilhas para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

6.5.4.2 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios) de menor impacto ambiental.

6.5.4.3 Ainda segundo a *Resolução do CONAMA n.º 401/2008*, todas as baterias de pilhas e pilhas utilizadas no contexto do contrato, deverão ter destinação ambientalmente adequada, sob responsabilidade da empresa contratada.

6.5.4.4 A contratada deve fornecer aos empregados, os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

6.6 A duração inicial do contrato de prestação dos serviços deverá ser de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, como permite o *inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993*, não obstante a possibilidade aventada pela *alínea “d” do subitem 3.3 do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017*, em consonância com jurisprudência já pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União (*Acórdãos 1.467/2004 – 1ª Câmara; 1.627/2007-Plenário; 1.259/2010-Plenário; 5.820/2011 – 2ª Câmara; e 490/2012-Plenário*). No entanto, para o presente caso, a contratação por prazo superior a doze meses carece de justificativa técnica. O prazo inicial de 12 (doze) meses além de ser o mínimo permitido por Lei e ser o adotado por praxe pela UFPE para essa contratação, é suficiente para auferir a qualidade da execução dos serviços prestados, possibilitando à Administração a renovação ou não contratual.

6.7 Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, a empresa a ser contratada deve se comprometer a promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas quando das futuras contratações, caso não seja a própria a ser contratada.

6.8 O licitante poderá realizar vistoria prévia ao local dos serviços, a ser agendada através de representante identificado, **em dias e horários a serem estabelecidos no Termo de Referência**. A vistoria poderá ocorrer no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da licitação, agendando-a previamente com a SSI Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, por meio de **contatos (e-mail e telefone institucional) a serem indicados no Termo de Referência**.

6.9 As soluções de mercado se encontram identificadas no **item 7** deste Estudo Preliminar, depreendendo-se que não se trata de prestação de serviços que apresente quantidade restrita de fornecedores. Desse modo, os requisitos aqui estabelecidos são os mínimos indispensáveis à contratação de serviços visando a assegurar a qualidade contratual e a segurança administrativa.

6.10 Não deve ser permitida a participação de:

- (i) Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à *Lei n.º 11.101/2005*), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- (ii) Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento *no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005*, e com a UFPE, com fundamento *no inciso III do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993*, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do *inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993*, que ainda não tenham logrado reabilitação;
- (iii) Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto *no inciso V do artigo 6º da Lei n.º 8.666/1993*;
- (iv) Empresa que não tenha sede no País;
- (v) Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela **alínea “c”** da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, a constar como anexo do edital;
- (vi) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no *artigo 9º da Lei n.º 8.666/1993*.

## 7. Levantamento de Mercado

### 7.1 Solução 1: Contratação de serviços por demanda/produtividade.

7.1.1 As contratações dos serviços por demanda, de acordo com a necessidade dos serviços, mostram-se inviáveis e improdutos.

7.1.2 Inviáveis visto que as demandas se apresentam intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seus atendimentos.

7.1.3 Improdutos visto que, devido à ausência do profissional no local para execução da demanda, as Contratadas teriam que encaminhar um profissional a todo instante em que a unidade administrativa/acadêmica necessitar dos serviços, e este não estará familiarizado com as rotinas e processos do setor, resultando em serviços prestados de forma ineficaz.

7.1.4 A contratação dos serviços por produtividade mostra-se impraticável visto que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, pois as variáveis dessas atividades impossibilitam estabelecer valores unitários para elas.

7.1.5 Não se podem estimar, por exemplo, um quantitativo de recados a anotar, documentos a registrar, pessoas a orientar e outras atribuições desenvolvidas por estes profissionais.

### 7.2 Solução 2: Contratação de serviço por postos de trabalho.

7.2.1 A contratação por postos de trabalho permite que os profissionais alocados para a prestação dos serviços estejam inseridos no cotidiano do setor, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes à área, proporcionando assim uma maior produtividade, uma vez que o profissional estará familiarizado com os assuntos daquele setor.

7.2.2 Para fins de aferição do serviço e efeito de pagamento, a especificação do preço por posto de trabalho permite uma melhor avaliação da execução do contrato, uma vez que há estabelecida uma unidade de medida.

7.2.3 Exemplos de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – PREGÃO 07/2020 UASG 154852; DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- PREGÃO 00285/2020 UASG: 393017; INST.FED.SUL R. GRANDENSE/CAMPUS PELOTAS - PREGÃO 06/2020 UASG: 158467; - INST.FED.DE EDUC.CIÊNC.E TEC.DO NORTE DE MG- PREGÃO 13/2020 UASG: 158121.

7.2.4 Após análise das soluções disponíveis no mercado, devido as naturezas dos trabalhos a serem executados, as contratações deverão ocorrer por meio de postos de trabalho.

7.2.5 Trata-se de situações em que não cabe definição de unidade de medida para fins de contratação mediante resultados, conforme prioriza a Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 05 /2017. Isso porque as atividades das áreas são diversas e variam de acordo com suas demandas, e os resultados das ações, em regra, não são mensuráveis em quantitativos que podem ser multiplicados por um coeficiente que gera um montante a ser pago à CONTRATADA, pois estão relacionados à efetividade do setor.

7.2.6 Nesse sentido, mostra-se necessário estipular quantitativos dos postos de trabalho a serem disponibilizados para o desenvolvimento das atividades, para que com base nisso, a CONTRATADA seja remunerada pela alocação do posto de trabalho.

7.2.7 Após a análise, ficou demonstrado que a melhor solução a ser contratada para o objeto da contratação é a Solução 2.

## 8. Descrição da solução como um todo

8.1 O objeto da licitação tem a **natureza de serviço comum**, pois trata-se de solução cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

8.2 O serviço tem **caráter continuado** com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, pois há a necessidade de que os serviços descritos neste ETP estejam disponíveis de forma contínua, visando evitar a suspensão das atividades fins e administrativas da UFPE, em decorrência da ausência adequada de segurança institucional.

8.3 A contratação deverá adotar como regime de execução a **empreitada por preço global**.

8.4 No âmbito da UFPE, ora entidade pública contratante, o Sistema Integrado de Segurança Institucional-Inteligente (SISI) reúne uma solução de segurança prestada por vários agentes, coordenada pela Superintendência de Segurança Institucional da UFPE. Portanto, a empresa especializada em Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias contratada para prestação do serviço de Portaria no âmbito da UFPE, atuará na colaboração desse sistema integrado. Outros agentes tais como a segurança orgânica e as agências policiais atuam no mesmo sistema, cada um conforme sua competência.

8.5 Esse sistema de prestação de serviço tem atribuições abrangentes no controle e proteção:

8.5.1 das pessoas integrantes da comunidade acadêmica, bem como a pessoas circunstancialmente inseridas na abrangência de responsabilidade da Universidade;

8.5.2 das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as atividades de apoio à realização delas;

8.5.3 do patrimônio cultural, histórico, artístico e intelectual;

8.5.4 da integridade institucional, sobretudo, os bens intangíveis, como a imagem institucional e a credibilidade pública para com a Universidade e

8.5.5 dos bens materiais móveis e das instalações.

## 8.6 Especificações do Objeto

8.6.1 O objeto desta contratação se enquadra no conceito de **serviço comum**, por envolver técnica conhecida, dominada e disponível no mercado, com especificações usuais, padrões de desempenho e qualidade objetivamente aqui definidos. Os serviços são de **natureza continuada** e são imprescindíveis à Administração, pois apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional. A prestação de **Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias** compreende, além da mão de obra, uniformes, equipamentos necessários à execução dos serviços e os Equipamentos de Proteção Individual necessárias à sua execução.

## 8.7 Especificações de funcionalidade

8.7.1 A prestação dos serviços de portaria deve se efetivar de modo que torne a funcionalidade compatível com o restante do sistema integrado de segurança:

- (i) Atuar em todos os *campus* da UFPE localizado em Recife;
- (ii) Prestar um serviço de forma contínua (perene e essencial), temporalmente escalonado de forma diuturna;
- (iii) Dispor de rede de comunicação em radiofrequência integrada à rede rádio institucional utilizado pelo corpo orgânico da segurança da UFPE, de tal forma que cada profissional porteiro possa se comunicar via essa mesma rede em tempo real;
- (iv) Atuar em alinhamento com o planejamento estratégico da Segurança Institucional da Universidade.

8.8 O serviço prestado deve ter cobertura em todo o *campus* Recife da UFPE, no município de Recife, no Estado de Pernambuco.

8.8.1 O *campus Recife* compreende:

**a. Campus I - Joaquim Amazonas** (área contínua na Cidade Universitária e as unidades descentralizadas dos bairros da Várzea e Engenho do Meio, na cidade do Recife);

**b. Campus II - Recife** (unidades descentralizadas dispersas nos bairros de Boa Vista, Derby, Madalena e Santo Amaro).

8.8.2 *Prospecções de variação da cobertura espacial.* Algumas situações estão previstas e podem ser alcançadas temporalmente pela vigência do contrato ou uma de suas renovações e, portanto, faz-se necessário que sejam previstas como parte do planejamento da solução de segurança, até para que não gerem Contratações Emergenciais desnecessárias e dispendiosas.

8.9 Sobre a rede de radiocomunicação, fica estabelecido que todo o profissional de serviço em um determinado turno deve dispor de dispositivo para integrar-se à rede (rádio transceptor portátil individual digital).

8.9.1 Para implantação da rede de radiocomunicação a contratada deve observar aquilo que dispõe na legislação específica.

8.9.2 Não será permitido que a contratada faça adesão à rede própria da Universidade sem que arque com os custos desse procedimento.

8.9.3 Há exigência por demanda operacional que a referida rede de radiocomunicação seja digital e que seja possível comunicar-se em modo privado com determinado dispositivo em uma rede capaz de comutação, ponto a ponto.

8.9.4 Ainda por questões táticas do serviço em campo, exige-se que todos os rádios de um setor de comunicação integrada sejam capazes de alcance, por meio de repetidora ou não, dos demais rádios do setor. Os setores de comunicação integrada são:

**a. Setor 01:** *Campus I e Campus II*, na cidade do Recife.

8.10 Entre um setor e outro devem haver interfaces que possibilitem que o pessoal contratado para prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias sejam capazes de retransmitir aquilo que circula em *broadcasting* nos demais setores.

8.11 Atribuições Gerais:

**8.11.1 O Porteiro, CBO 5174-10**, em suas atribuições gerais: Recepcionam e orientam visitantes e hóspedes. Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem higienizações simples nos locais de trabalho.

8.11.2 Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão:

a. Atender às exigências de assiduidade e pontualidade, de modo a não comprometer a periodicidade estabelecida para a execução dos serviços contratados;

b. Participar de treinamento, capacitação e reciclagem oferecidos ao longo da execução contratual;

c. Fazer uso dos uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) quando da execução dos serviços, disponibilizados pela empresa contratada em conformidade com o estabelecido neste Projeto Básico;

d. Seguir as instruções contidas nas Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos aludidas no ANEXO V - Laudo Técnico – SESST deste ETP, prevenindo riscos ao meio ambiente, à saúde e à segurança, atentando-se para as recomendações quanto às formas de utilização dos produtos porventura utilizados quando da execução dos serviços;

e. Evitar fazer uso de aparelho de comunicação (celular, tablete, smartphone, caixas de som portátil e similares, bem como outros porventura massificados ao longo da execução contratual) durante a execução dos serviços, visando a evitar acidentes e prejuízos à qualidade dos serviços.

e.1 O uso de aparelho de comunicação será permitido aos profissionais durante o expediente laboral, para tratar de assuntos familiares urgentes.

f. Evitar uso de drogas lícitas (como cigarro), não fazer uso de bebidas alcoólicas durante o turno de trabalho ou ilícitas nas dependências da UFPE, inclusive nos intervalos de repouso;

g. Evitar atender ordens de servidores da UFPE, sobretudo as alheias à execução dos serviços a serem contratados, devendo se reportar única e exclusivamente ao preposto da empresa contratada com a qual mantém vínculo empregatício;

h. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato a ser firmado.

8.12 Instrumento de Medição de Resultados

8.12.1 Para alcance dos resultados foi concebido ao longo da elaboração deste Estudo um Instrumento de Medição de Resultado – IMR, o qual define indicadores tangíveis e objetivamente observáveis, bem como comprováveis para assegurarmos os níveis de prestação de serviços pretendidos, suficientes para assegurar que os pagamentos reflitam os serviços efetivamente

prestados. Carência inicial, durante os dois meses de execução dos serviços, pode-se considerar como um período de estabilização e adaptação a aplicação do IMR, desta forma, não deverá haver impacto financeiro sobre o pagamento por resultados aferido no instrumento.

#### 8.12.2 Índices Gerais de Medição de Resultados adotados para a contratação:

(i) *Cumprimento de horário e disciplina dos Profissionais de Portaria*: Garantir o cumprimento de horários e disciplina na prestação de serviço, relacionando esse indicador às obrigações da contratada.

(ii) *Reposição de pessoal ausente*: Garantir a reposição das ausências para que não haja prejuízo na prestação do serviço.

8.13 **Gestão de Riscos** - Concomitantemente à elaboração deste Estudo Preliminar, confeccionamos o Mapa de Riscos, que será atualizado em todas as fases relativas ao planejamento desta contratação, de maneira a avaliar e minimizar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão e fiscalização do contrato.

8.14 Após realizada a licitação faz-se necessária a formalização do contrato, com a cobrança da garantia legal, formalização de identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a fiscalização do contrato.

8.15 Foi definido o uso do **Pagamento pelo Fato Gerador**, pois é uma metodologia que faz incremento ao tipo de controle interno que se pretendia com a Conta-Depósito Vinculada para o tratamento dos riscos relativos ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, através de um Termo de Cooperação Técnica junto a instituição financeira e de documentos para a abertura, provisionamento e movimentação (liberação dos recursos) da conta. Onde a administração remete os valores das provisões referente **a 13º (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa e d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário** para uma Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.

8.16 O pagamento por fato Gerador amplia o rol de provisões a serem pagas somente a partir dos custos oriundos de eventos efetivamente ocorridos mensalmente no caso dos contratos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, são estes, Composição da Remuneração, Encargos Previdenciários e FGTS, Benefícios Mensais e Diários, Insumos, Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL). Importante ressaltar que os custos não realizados oneram os contratos sendo contabilizados como lucro para as empresas, como destaca em sua apresentação o Caderno de Logística - Pagamento pelo Fato Gerador do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Gestão:

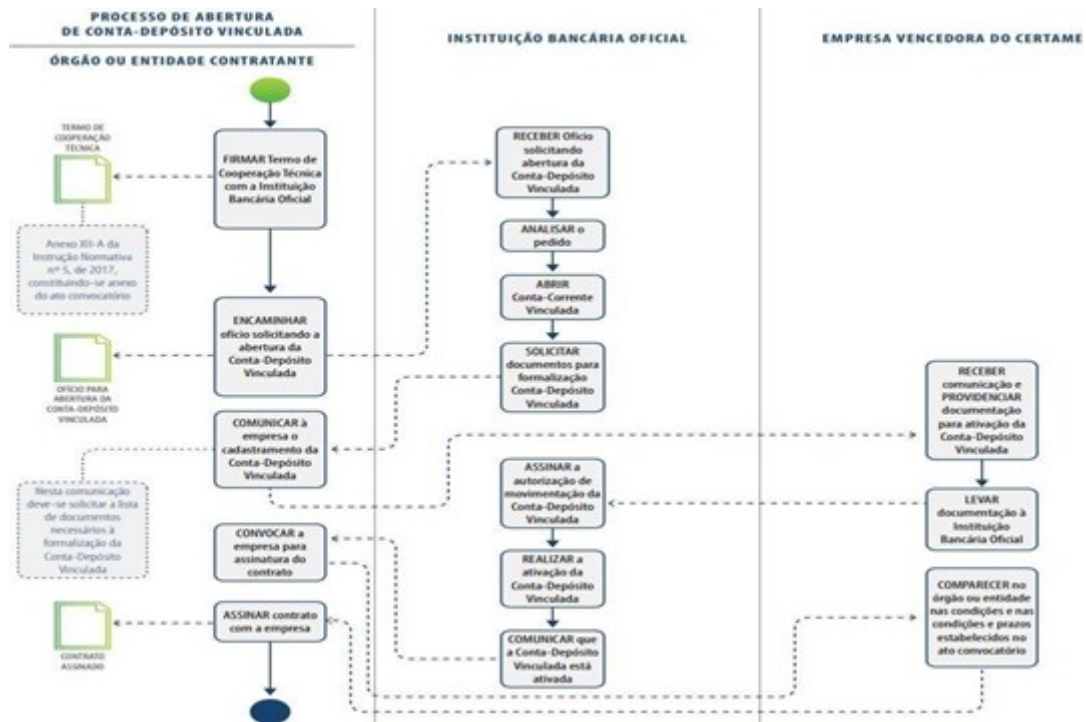
Ademais, essa nova metodologia do Pagamento pelo Fato Gerador se insere como um dos controles internos que podem ser adotados para o tratamento dos riscos relativos ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, quando se propõe que a Administração se responsabilize tão somente pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos, mitigando pagamentos dos custos que muitas vezes não se realizam e que oneram em demasia os contratos de prestação de serviço em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a exemplo de valores para rescisão, ausências legais, auxílio maternidade e paternidade, dentre outros. Ou seja, caso não comprovados os eventos trabalhistas, dentre outros futuros e incertos, que dariam ensejo ao pagamento pela Administração, tais eventos não comporão os custos finais para pagamento do contrato, de modo que os respectivos recursos permanecem nos cofres públicos.

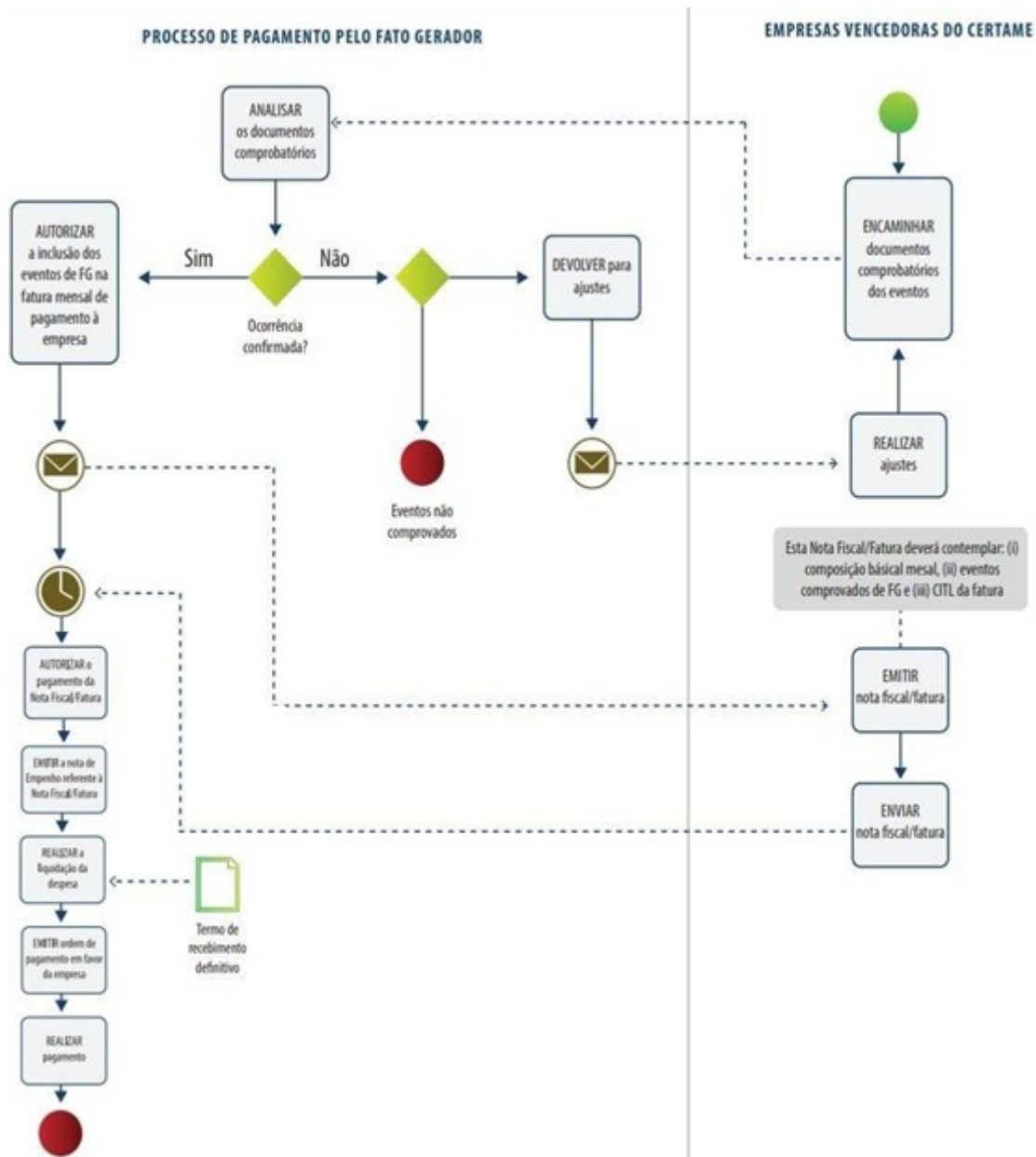
8.17 Portanto, o pagamento pela UFPE ocorrerá apenas na existência de uma situação fática, prevista na lei ou contrato, necessária e suficiente à sua materialização, que gera obrigação de pagamento pela Administração.

Provisões afetadas pela conta vinculada x fato gerador:

<b>CONTA VINCULADA</b>	<b>FATO GERADOR</b>
13 º (décimo terceiro) salário	13 º (décimo terceiro) salário
Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias	Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias
Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa	Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa
Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário	Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário
	Ausências legais
	Verbas rescisórias
	Outras de evento futuro e incerto

8.18 A adoção da metodologia de pagamento pelo Fato Gerador traz em seu fluxo operacional maior celeridade e menos atividades nos subprocessos se compararmos com o fluxo operacional da conta vinculada, além de termos apenas agentes da própria administração envolvidos na liberação dos pagamentos, não necessitando de Termo de Cooperação Técnica com instituição financeira para execução do processo de liberação dos pagamentos dos provisionamentos previstos. Seguem os fluxos de Conta vinculada e Fato Gerador previstos nas respectivas metodologias:





8.19 Cabe destacar que nos dois procedimentos a unidade demandante, o gestor do contrato, a unidade responsável pelo orçamento e o setor de pagamento da UFPE, deverão estar bastante atentos no controle dos aportes e/ou liberações. Mas, na conta vinculada, além do gerenciamento mensal do contrato caberá à CONTRATANTE gerenciar o controle sobre a conta de cada um dos Contratos e o saldo para cada um dos terceirizados. Considerando que a UFPE mantém, vigentes, 16 contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na medida que forem sendo renovadas as licitações, caso optássemos pela Conta vinculada, chegaríamos em até 2 anos a ter que controlar 16 contas vinculadas, para 1.163 terceirizados, com uma estrutura de servidores deficitária.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 Neste item serão apresentados os elementos e aspectos justificantes do quantitativo de postos e de efetivo por turno indicados como os itens a serem contratados.

9.1.1 A equipe da Diretoria de Fiscalização e Controle Urbano adotou, para esse estudo prospectivo, critérios eleitos em comum acordo com a Divisão de Projetos e a Divisão de Análise e Gestão de Riscos e a própria chefia da Superintendência de Segurança Institucional. Tais critérios são em ordem de relevância:

- a. Fluxo de pessoas;
- b. Proximidade e interferências para com os acessos do campus e os acessos das instalações;
- c. Guarda de bens de grande importância;
- d. Iluminação e taxa de ocupação predial, pela qual lugares ermos tem baixa taxa de ocupação;
- e. Combinação de uso da força terceirizada (da empresa contratada) e orgânica (efetivos quadros da UFPE);
- f. Solicitações formais por demanda específica de direções e chefias de unidades organizacionais aprovadas pela Gestão Universitária.

9.2 Além disso, a estimativa das quantidades a serem contratadas baseia-se nas contratações anteriores, especificamente nos contratos 66/2014 atrelado ao processo 23076.039402/2012-68; 65/2017 atrelado ao processo 23076.025071/2017-93 e 24/2020 atrelado ao processo 23076.026309/202055. Vale ressaltar que os postos de serviços, insumos e funcionários a serem contratados para a prestação do serviço, estão quantificados de acordo com a análise feita pela equipe de planejamento tendo por base as contratações anteriores e a atual necessidade da UFPE.

9.3 O quantitativo a ser contratado para atender o serviço de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias deve ser distribuído da seguinte forma:

9.3.1 Postos Tipos 1 e 61 Postos Tipos 2, equivalente a 122 porteiros;

9.3.2 Desse modo, totaliza-se 122 Porteiros e 61 Postos para o Campus Joaquim Amazonas e prédios do Centro do Recife. Neste sentido, atentamos para a demanda que se apresenta no momento, mediante a vulnerabilidade na prestação dos serviços à comunidade acadêmica nos diversos setores. Para tanto, no intuito de solucionar esta questão, sugerimos que sejam providenciados controle de acesso para essas unidades. Mas, até que sejam implantadas as

soluções para as efetivações de controle de acesso, deve ser disponibilizada a contratação dos postos relacionados no ANEXO II deste ETP.

#### 9.4 Dos Tipos de Postos e de suas características diferenciadoras

9.4.1 As categorias profissionais que serão empregadas no serviço estão enquadradas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme abaixo:

CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO
Porteiro	5174-10

9.4.2 Essencialmente neste Estudo, chamar-se-á a escala de trabalho da *alínea “a” do item 2 do Anexo VI-A da IN n.º 05/2017 - SEGES/MPDG*: de regime de escala **diarista**. As concepções dos tipos de postos levam em consideração o horário e a fluibilidade de funcionamento da repartição.

9.4.3 Tem-se por embasamento normativo, os seguintes dispositivos da *IN n.º 05/2017 - SEGES/MPDG*, para construção de tipo de posto diverso dos padrões, rotineiramente utilizados nos contratos administrativos de repartições públicas:

[...]

3. Excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado e comprovada a vantagem econômica para a Administração, **poderão ser caracterizados outros tipos de postos**, considerando os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria.

[...]

9.4.4 A concepção dos postos de serviços do objeto a ser licitado observou os seguintes elementos:

**i. Regimes de Escala:** diarista;

**j. Processos de portaria:** predial, posto estático;

**k. Turnos de trabalho:** se diarista (1º turno ou 2º turno);

**l. Localidades:** Recife.

**9.4.4.1 Regime de Escala.** O regime de escala adotado foi de diarista, cujas características são as seguintes:

**i. Diarista:** em carga horária de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, em uma jornada de 8 horas e aos sábados, em uma jornada de 4 horas (envolvendo 1 porteiro).

**9.4.4.2 Turno de trabalho:** é a faixa de horário que fraciona as 24 horas de um dia completo, de forma a permitir que o posto esteja ocupado em rodízio de profissionais ocupantes. O profissional ocupante é alocado por certo período de meses em uma mesma faixa de horário, a fim de que possa por meio da regularidade de horário, adaptar-se às demandas, atividades e a dinâmica do serviço. No âmbito do contrato produto deste Estudo, recomenda-se a adoção de dois turnos para cada regime de escala diferente, da seguinte forma:

**i. Turnos do Posto Diarista:****1º Turno:**

1. De segunda a sexta-feira: das 06h às 14h;
2. Aos Sábados: das 8h às 12h;

**2º Turno:**

1. De segunda a sexta-feira: das 14h às 22h;
2. Aos Sábados: das 12h às 16h;

9.4.4.3 *Localidade*: Para fins de formação do tipo de posto, foram considerados:

a. Postos do *Campus I e II* como Localidade **Recife**.

9.4.5 Considera-se para fins de elaboração do Termo de Referência que alguns postos possuem convergência, tendo descrições similares, diferenciando-se apenas pelo 4º elemento: a localidade.

9.4.6 Todos esses valores de quantitativo de postos por tipo de posto podem ser mais bem observados a partir da tabela do **ANEXO II - TIPOS DE POSTOS E QUANTITATIVO DE POSTOS**.

**10. Estimativa do Valor da Contratação**

10.1 A estimativa do valor da contratação foi baseada em pesquisa de preço na modalidade de “pesquisa direta com fornecedores”, conforme Art. 5º, § IV, da IN SEGES/ME nº 73/2020.

10.2 Seguindo a recomendação da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, foi feita solicitação formal de cotação, através de envio de ofício, para mais de 70 empresas do ramo, das quais apenas 7 enviaram proposta, conforme tabela a seguir:

Empresa	Valor Unitário (posto de serviço)
“A”	R\$ 2.949,27
“B”	R\$ 3.472,30
“C”	R\$ 3.802,01
“D”	R\$ 3.902,46

"E"	R\$ 3.992,61
"F"	R\$ 4.005,34
"G"	R\$ 4.054,63

10.3 Diante dos valores apresentados, observa-se que a mediana da amostra é o valor da empresa "D", R\$ 3.902,46. No entanto, o valor apresentado pela empresa "A" apresenta uma variação negativa de 24,4% em relação ao valor da mediana. Sendo assim, tendo em vista um valor considerável de discrepância entre o valor da empresa "A" e os demais valores da pesquisa de preços, opta-se pela eliminação desse dado da amostra, sendo a média a ser calculada entre os valores de "B" a "G".

10.3.1 Essa metodologia faz parte do manual de boas práticas de pesquisa de preços do Superior Tribunal de Justiça e visa à redução dos riscos de uma licitação deserta ou com pouca concorrência diante de valores inexequíveis.

10.4 Assim, tendo atingido o limite mínimo de cotações, foi feita média simples dos valores selecionados, em conformidade com o Art. 6º da IN SEGES nº 73/2020, resultando no valor unitário para cada posto de serviço de: **R\$ 3.871,56 (três mil oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos).**

10.5 Visto que as propostas consistem em informações sigilosas, a identidade das empresas foi preservada.

10.6 O cálculo do valor estimado da contratação foi feito da seguinte forma: média simples do valor unitário dos postos x 122 (número de postos a serem contratados) x 12 (quantidade de meses em um ano de contratação) = valor total estimado, resultando na tabela a seguir:

I T E M	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Anual
1	<b>122 (cento e vinte e dois) postos de trabalho</b> (com dedicação de mão de obra exclusiva) para prestação de serviço de <b>PORTEIRO</b> , 44h semanais.  CATSER 8729	Unidade	12	R\$  472.330,12	R\$  5.667.961,44
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:</b> R\$ 5.667.961,44 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos).					

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O objeto da licitação é composto por **um único item**, a ser executado apenas no campus Recife. Logo, não se aplica o subitem 3.8, “b”, Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, visto que se trata de um item indivisível.

11.2 A presente contratação adotará como regime de execução a **empreitada por preço global, em um único item**, por ser possível definir previamente as quantidades dos serviços a serem, posteriormente, executados na fase contratual.

11.3 Analisando a Decisão 393/94 do Plenário do TCU, pode-se compreender em raciocínio de contraposição que se “onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo [...] é obrigatória a admissão da adjudicação por itens e não pelo preço global” e, portanto, onde essa divisão causa grave prejuízo para a funcionalidade da solução, deva-se admitir, portanto, o não parcelamento na licitação. E esse vem a ser o caso da atividade de portaria a qual exige unidade de comando e forte integração entre aqueles que gerenciam e aqueles que operacionalizam o serviço. Não sendo salutar, nem viável e prudente que empresas diferentes executem partes, rompendo com integralidade do serviço a ser contratado.

11.4 Em meio aos desafios impostos nas aquisições públicas há uma clara problematização entre o princípio de parcelamento explicitado pela letra da lei de 1993 e o entendimento mais atual sobre a eficiência na gestão pública. Segundo o douto Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (2010):

[...] a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, tal perspectiva representa avanço de gestão, controle e redução de gastos, assim como permite a unicidade do objeto.

11.4.1 Doutor professor Jacoby Fernandes (2010) ainda aponta outras vantagens para o emprego de soluções integradas, no ato de licitar: suprimir problemas de continuidade dos serviços contratados; garantir celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.

11.5 Há de se concluir que, devidamente justificado, não há qualquer ilegalidade direta na unicidade do objeto, até porque esta e o parcelamento são igualmente admitidos no direito positivo, sendo ambos condicionados à aferição, pelo gestor, de aspectos técnicos e econômicos.

11.6 Devido a toda essa necessidade de integração e a devida distribuição de ordens e informações em linha de comando, inerente às atividades gerais em segurança, faz-se imprescindível que em termos operacionais haja apenas uma coordenação e um responsável jurídico pela Supervisão contratada. **Daí se justifica o não parcelamento do objeto a ser licitado.**

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 A Equipe de Planejamento da Contratação ressalta que a solução completa de Segurança da Universidade requer a coordenação de múltiplas atividades, das quais considerável parcela deva ser prestada por regime de execução indireta. Sendo assim, a UFPE possui os serviços contratados de Vigilância, Serviço Gerais, Manutenção predial, entre outros serviços terceirizados que de forma direta ou indireta possuem correlação com o serviço a ser contratado.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 Conforme o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013/2027 da UFPE, percebe-se que há alinhamento entre o objetivo da contratação de uma empresa para prestação de serviço em regime indireto, mediante as declarações de natureza geral relacionados à Gestão da Universidade, entre elas pode-se destacar:

- i. A gestão da instituição tem como princípios básicos a ética, a transparência, a democracia, a flexibilidade, a racionalidade burocrática, o respeito ao meio ambiente, a eficiência e a eficácia na aplicação dos seus recursos, garantindo a sustentabilidade institucional;
- ii. A estrutura organizacional é flexível e ajustável a novas demandas, com gestores trabalhando de forma integrada e sistêmica;
- iii. A UFPE tem autonomia para implementar modelos de gestão modernos, que abrangem todos os níveis, descentralizados, eficientes e eficazes, baseados em um planejamento orientado a resultados, buscando sempre a agilidade e desburocratização dos seus processos e sistemas;
- iv. Estruturas administrativas adequadas e suficientes dão suporte necessário para que as áreas fins da universidade desenvolvam seus papéis nos campos do ensino, pesquisa e extensão;
- v. A gestão é apoiada por infraestruturas físicas e tecnológicas de excelência, que visam à otimização dos processos.

13.2 No mesmo documento, o PEI 2013/2027, o Mapa Estratégico da UFPE foi articulado em Grupos Temáticos, o G8 trata de “Infraestrutura e Segurança”, na perspectiva de Alicerces, objetivo estratégico número 15 é de “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade”.

13.3 O objetivo n.º 15 do PEI 2013/2027 para ser alcançado precisa necessariamente de um sistema integrado de gestão de Segurança Institucional Universitária.

**13.3.1 Segurança Institucional Universitária** é a atividade de promoção da proteção de pessoas, processos de negócio e ativos, exercida pelo aparato administrativo da Universidade ou prestado de forma indireta por meio de contratação para este fim.

**13.3.2 Sistema Integrado de Segurança Institucional-Inteligente** reúne uma solução de segurança prestada por vários agentes, coordenada pela Superintendência de Segurança Institucional da UFPE. Portanto, a empresa especializada para prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias especializada no âmbito da UFPE, atua compondo apenas uma parte da solução articulada pelo sistema integrado. Outros agentes tais como a segurança orgânica e as agências policiais atuam no mesmo sistema, cada um conforme sua competência.

13.4 Observa-se, assim, alinhamento ao Planejamento Estratégico da Segurança Institucional da UFPE, tendo em vista que:

13.4.1 O serviço prestado pela empresa especializada, apesar de vir a ser contratado unicamente como uma atividade de prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias,

irá compor um sistema integrado com a participação de outros agentes governamentais. Isso se dá, porque o serviço na função produção (operacional) da Segurança, a ser executado por órgão da Administração Pública, tem características híbridas, podendo ser descrita como atividade de Segurança Institucional com reflexo de complementariedade e interdependência para com a Segurança Pública.

13.4.2 Detecta-se que os profissionais Porteiros, quando empregados no contexto universitário, precisam de capacitação que os levem efetivamente a cumprir os objetivos dos Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias, dentre outros: a dignidade da pessoa humana e a segurança dos cidadãos, consolidando um terceiro objetivo da atividade: o aprimoramento técnico dos profissionais de Portaria.

13.5 O referido Objetivo Estratégico 15, do PEI 2013/2027, é materializado em ações no Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) 2014/2018: "Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade.

13.6 Vale ressaltar que o serviço de prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias está contemplado no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES-PAC: 2021, página 78. Nome do Órgão: 026242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, UASG: 153080 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

## 14. Resultados Pretendidos

14.1 Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para toda a comunidade acadêmica, mediante:

- i. Melhor execução dos serviços contratados, em decorrência dos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- ii. Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratuais;
- iii. Atendimento aos preceitos legais vigentes;
- iv. Minimização de possíveis inadimplementos contratuais em decorrência de situações que possam gerar desgastes ou custos para a UFPE e consequente comprometimento da qualidade dos serviços.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1 Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste Estudo Preliminar, destaca, em relação à(ao):

- i. *Espaço físico*: a UFPE, mediante a atuação da Superintendência de Segurança Institucional junto à Administração Central, deve assegurar aos profissionais alocados à prestação de serviços, locais adequados para troca de uniformes e asseio, bem como outros itens/equipamentos imprescindíveis à execução dos serviços;
- ii. *Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional*, de modo que o pessoal alocado à execução dos serviços:
  - a. melhor lide com a pluralidade que peculiariza a comunidade acadêmica, evitando ações discriminatórias motivadas por intolerância de gênero e/ou racial, coibindo-se, assim, atos contra as comunidades negra e LGBTQ+;

b. tenha noção da estrutura organizacional, sabendo indicar à comunidade externa, quando em visita aos *campi*, a localização das diversas unidades acadêmicas e administrativas.

iii. *Impacto ambiental da implantação da solução*: A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste Estudo Preliminar, os quais devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

iv. *Impacto na equipe da área especialista*: servidores vinculados à Superintendência de Segurança Institucional responderão pelas tarefas de gestão e fiscalização (fiscal e administrativa) contratuais, nos termos exigidos pela *IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017*, sob pena de responsabilidade da Superintendência de Segurança Institucional, à qual caberá gerir o contrato.

v. *Impacto de mudança de processo de trabalho da organização*: Considerando o dimensionamento dos serviços a serem executados, dever-se-á definir em relação aos servidores envolvidos na fiscalização contratual, supervisionados pela Superintendência de Segurança Institucional, tempo laboral diário para as atividades inerentes à contratação.

#### 15.2 Considerando que:

i. a execução a contento dos serviços se encontra condicionada ao domínio e boa prática dos procedimentos estabelecidos pela *IN SEGES/MPDG nº 5/2017*;

ii. os servidores designados para a gestão e fiscalização contratuais devem pertencer ao quadro de técnicos-administrativos da UFPE, a assegurar perenidade no acompanhamento da execução dos serviços contratados, conforme recomenda o *subitem 3.10, "b", do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, deve-se exigir a participação dos referidos servidores em todo e qualquer treinamento que venha a ser promovido pela Diretoria de Licitações e Contratos, que tenha por tema a gestão e fiscalização dos contratos administrativos.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Os impactos ambientais relativos a contratação, bem como as medidas mitigadoras foram as previstas no subitem 6.5.4 deste Estudo Preliminar.

16.1.1 No sentido de estabelecer uma gestão ambiental consciente a contratada deverá proceder com adequado descarte de pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios) em conformidade com a ***Resolução do CONAMA n.º 401/2008***.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 Esta equipe de planejamento declara ser viável, tecnicamente, administrativamente e economicamente, esta contratação com base nesse Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

17.2 Declara esta Equipe de Planejamento que a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para a UFPE manter níveis adequados de segurança nos ambientes acadêmicos e administrativos, para que a comunidade universitária atue de maneira satisfatória no exercício de suas

atividades, evitando ainda grandes impactos sociais. Além de ter sido adequado o valor estimado da contratação, a partir do redimensionamento dos postos, impostos pelas limitações orçamentárias da UFPE.

## **18. Responsáveis**

PAULO ROBERTO PERGENTINO DAS CANDEIAS

Diretor de Fiscalização e Controle Urbano

DIANTE DO ESTUDO ELABORADO, EU, JOÃO EVERALDO DE ARAÚJO, SIAPE 1133699, APROVO O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

JOÃO EVERALDO DE ARAÚJO

Superintendente de Segurança Institucional (Ordenador de Despesa)

## Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - ETP Portaria - ANEXO I (QUADRO DE INSUMOS).pdf (197.93 KB)
- Anexo II - ETP Portaria - ANEXO II (TIPOS DE POSTOS E QUANTITATIVO DE POSTOS).pdf (1.94 MB)
- Anexo III - ETP Portaria - ANEXO III (ROTINAS, ATRIBUIÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO).pdf (268.79 KB)
- Anexo IV - ETP Portaria - ANEXO IV (ORDEM DE SERVIÇO).pdf (389.06 KB)
- Anexo V - ETP Portaria - ANEXO V (Laudo Técnico – SESST).pdf (3.48 MB)
- Anexo VI - ETP Portaria - ANEXO VI (Instrumento de Medição de Resultado-IMR).pdf (1.03 MB)
- Anexo VII - ETP Portaria - ANEXO VII (PLANILHA DE CONTROLE DE TERCEIRIZADOS).pdf (318.27 KB)

**Anexo I - ETP Portaria - ANEXO I (QUADRO DE  
INSUMOS).pdf**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

### Licitação - Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias

Processo Administrativo n.º 23076.012371/2019-74

#### ANEXO I DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR QUADRO DE INSUMOS

Item	Quantidade (por funcionário)	Quantidade (total)	Vida útil (meses)
Calça comprida social ou saia reta.	02 (duas) peças	244 (duzentos e quarenta e quatro)	6 (seis)
Blusa de manga curta	02 (duas) peças	244 (duzentos e quarenta e quatro)	6 (seis)
Blusa de manga comprida	01 (uma) peça	122 (cento e vinte e duas)	6 (seis)
Sapato social	01 (um) par	122 (cento e vinte e dois)	6 (seis)
Meia branca	02 (dois) pares	244 (duzentos e quarenta e quatro)	6 (seis)
Lenço (feminino) ou gravata (masculina).	02 (duas) peças	244 (duzentos e quarenta e quatro)	6 (seis)
Cinto de nylon.	02 (duas) peças	244 (duzentos e quarenta e quatro)	6 (seis)
Crachá de identificação	01 (uma) unidade	122 (cento e vinte e dois)	6 (seis)

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	Vida útil (meses)
Rádio de comunicação de alcance mínimo de 5.000 m.	61 (sessenta e uma) unidades	60 (sessenta)

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	Quantidade (por funcionário)	Quantidade (total)	Vida útil (meses)
------------------------------------	------------------------------	--------------------	-------------------

Máscara descartável	290 (duzentos e noventa) unidades	35.380 (trinta e cinco mil trezentos e oitenta) unidades	6 (seis)
---------------------	---	---	----------

**Anexo II - ETP Portaria - ANEXO II (TIPOS DE POSTOS  
E QUANTITATIVO DE POSTOS).pdf**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

### Licitação - Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias

Processo Administrativo n.º 23076.012371/2019-74

#### ANEXO II DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

##### TIPOS DE POSTOS E QUANTITATIVO DE POSTOS

TIPO	COMPOSIÇÃO	QUANT.
Posto Tipo 1	Controle, Operação e Fiscalização de Portaria, sob o regime de trabalho diarista, de segunda-feira a sexta- feira, das 06h às 14h, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 Porteiro.	61
Posto Tipo 2	Controle, Operação e Fiscalização de Portaria, sob o regime de trabalho diarista, de segunda-feira a sexta- feira, das 14h às 22h, e 4 horas no sábado, das 12h às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 Porteiro.	61
<b>Total de Postos</b>		<b>122</b>

O quantitativo a ser contratado para atender ao objeto deverá ser distribuído da seguinte forma:

a) 61 Postos Tipos 1 e 61 Postos Tipos 2, equivalente a 122 porteiros;

Desse modo, totaliza-se 122 Porteiros e 61 Postos para o Campus Joaquim Amazonas e prédios do Centro do Recife. Neste sentido, atentamos para a demanda que se apresenta no momento, mediante a vulnerabilidade na prestação dos serviços à comunidade acadêmica nos diversos setores. Para tanto, no intuito de solucionar esta questão, sugerimos que sejam providenciados controle de acesso para essas unidades. Mas, até que sejam implantadas as soluções para as efetivações de controle de acesso, deve ser disponibilizada a contratação dos postos abaixo mencionados:

##### LOCAIS, TIPO, QUANTITATIVOS E ENDEREÇOS DOS POSTOS DE SERVIÇOS

POSTO	TIPO	QUANTIDADE	ENDEREÇO
Anexo CB	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Anexo CB	2	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Biblioteca CCS	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470



Biblioteca CCS	2		Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Biblioteca Central	1	1	Av. dos Reitores, S/N – Cidade Universitária – 50670-901
Biblioteca Central	2	1	Av. dos Reitores, S/N – Cidade Universitária – 50670-901
Biomedicina	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Biomedicina	2	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
CB	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
CB	2	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Ciências da Saúde	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Ciências da Saúde	2	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Casa Mista	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901
Casa Mista	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901
Casa Feminina	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901
Casa Feminina	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901
CEU Masculina	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901
CEU Masculina	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901
CIN 1	1	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
CIN 1	2	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
CIN 2	1	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
CIN 2	2	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
Centro de Ciências Médicas	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Centro de Ciências Médicas	2	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
CCJ	1	1	Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista
CCJ	2	1	Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista

CCJ (anexo I)	1		Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista
CCJ (anexo I)	2	1	Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista
Colégio Aplicação	1	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670- 900
Colégio Aplicação	2	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670- 900
Coordenação da Área II	1	1	Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560
Coordenação da Área II	2	1	Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560
Centro de Educação	1	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670- 900
Centro de Educação	2	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670- 900
CER	1	1	Av. da Arquitetura, S/N- Cidade Universitária - 50740-550
CER	2	1	Av. da Arquitetura, S/N- Cidade Universitária - 50740-550
CEERMA	1	1	Av. da Arquitetura, S/N- Cidade Universitária - 50740-550
CEERMA	2	1	Av. da Arquitetura, S/N- Cidade Universitária - 50740-550
CFCH	1	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670- 900
CFCH	2	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670- 900
CAC	1	1	Av. dos Arquitetos, S/N - Cidade Universitária 50670-901
CAC	2	1	Av. dos Arquitetos, S/N - Cidade Universitária 50670-901
CCEN	1	1	Av. Professor Luiz Freire, S/N – Cidade Universitária – 50740-530
CCEN	2	1	Av. Professor Luiz Freire, S/N – Cidade Universitária – 50740-530
CCSA	1	1	Av. dos Funcionários, S/N - Cidade Universitária - 50670-901
CCSA	2	1	Av. dos Funcionários, S/N - Cidade Universitária - 50670-901
Departamento de Nutrição	1	1	Av. da Engenharia - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-420

Departamento de Nutrição	2		Av. da Engenharia - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-420
Centro de Tecnologia e Geociência	1	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670- 900
Centro de Tecnologia e Geociência	2	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670- 900
Centro Cultural Benfica	1	1	Rua Benfica,157 – Madalena - 50720-001
Centro Cultural Benfica	2	1	Rua Benfica,157 – Madalena - 50720-001
Fisioterapia (clínica escola)	1	1	Av. Prof. Moraes, 1235 – 50670 - 901
Fisioterapia (clínica escola)	2	1	Av. Prof. Moraes, 1235 – 50670 - 901
DEMEC	1	1	Rua do Hospício, S/N - Boa Vista – 50.
DEMEC	2	1	Rua do Hospício, S/N - Boa Vista – 50.
Departamento de Psicologia	1	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
Departamento de Psicologia	2	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
DINE	1	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
DINE	2	1	Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560
DEC	1	1	Rua Benfica,157 – Madalena - 50720-001
DEC	2	1	Rua Benfica,157 – Madalena - 50720-001
Departamento de Fisioterapia	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – 50670 - 901
Departamento de Fisioterapia	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – 50670 - 901
Departamento de Terapia Ocupacional	1	1	Av. Da Engenharia – S/N - Cidade Universitária, Recife – PE – 50670- 420
Departamento de Terapia Ocupacional	2	1	Av. Da Engenharia – S/N - Cidade Universitária, Recife – PE – 50670- 420
Departamento de Energia Nuclear	1	1	Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530
Departamento de Energia Nuclear	2	1	Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530
Departamento de Física	1	1	Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530
Departamento de Física	2	1	Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530
Departamento de Hotelaria e Turismo	1	1	Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária- 50670-901
Departamento de Hotelaria e Turismo	2	1	Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária- 50670-901
Departamento de Química Fundamental	1	1	Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560
Departamento de Química Fundamental	2	1	Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE

			- CEP 50.740-560
Departamento de Antibióticos	1	1	Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901
Departamento de Antibióticos	2	1	Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901
Departamento de Farmácia	1	1	Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária - 50670-901
Departamento de Farmácia	2	1	Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária - 50670-901
Engenharia de Produção	1	1	Av. da Arquitetura, 211-351 - Cidade Universitária - 50740-550
Engenharia de Produção	2	1	Av. da Arquitetura, 211-351 - Cidade Universitária - 50740-550
Editora Universitária	1	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N – Várzea- 50670-900
Editora Universitária	2	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N – Várzea- 50670-900
Clínica Escola de Nutrição	1	1	Av. da Engenharia - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-420
Clínica Escola de Nutrição	2	1	Av. da Engenharia - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-420
LITPEG	1	1	Av. da Arquitetura, S/N - 50740-550
LITPEG	2	1	Av. da Arquitetura, S/N - 50740-550
Laboratório Central	1	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Laboratório Central	2	1	Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470
Memorial de Medicina /COVEST	1	1	Praça do Berby, S/N – Derby – 50.
Memorial de Medicina /COVEST	2	1	Praça do Berby, S/N – Derby – 50.
NAE	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 – 901
NAE	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 – 901
NASE	1	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900
NASE	2	1	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900
Departamento de Enfermagem	1	1	Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife - PE CEP: 50740-900
Departamento de Enfermagem	2	1	Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife - PE CEP: 50740-900

NTVRU	1	1	Av. Norte Miguel Arraes, 68 – Santo Amaro 50040-200
NTVRU	2	1	Av. Norte Miguel Arraes, 68 – Santo Amaro 50040-200
Niate CFCH/CCSA	1	1	Av.dos Funcionários, S/N – Cidade Universitária Recife -PE 50670-901
Niate CFCH/CCSA	2	1	Av.dos Funcionários, S/N – Cidade Universitária Recife -PE 50670-901
Niate CTG/CCEN	1	1	Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560
Niate CTG/CCEN	2	1	Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560
Niate CB/CCS	1	1	Av. Reitor Joaquim Amazonas Recife, S/N - PE 50740-570
Niate CB/CCS	2	1	Av. Reitor Joaquim Amazonas Recife, S/N - PE 50740-570
Odonto Buco Facial	1	1	Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901
Odonto Buco Facial	2	1	Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901
Odontologia Preventiva	1	1	Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901
Odontologia Preventiva	2	1	Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901
Oceanografia	1	1	Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901
Oceanografia	2	1	Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901
PROAES	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 - 901
PROAES	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 - 901
Reitoria portaria 1	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 - 901
Reitoria portaria 1	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 - 901
Reitoria portaria 2	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 - 901
Reitoria portaria 2	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária - 50670 - 901
SINFRA	1	1	Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901

SINFRA	2	1	Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901
STI (Superintendência de Tecnologia da Informação)	1	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901
STI (Superintendência de Tecnologia da Informação)	2	1	Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901
SIS	1	1	Rua Lindolfo Collor, 65, Engenho do Meio, Recife – PE, 50730-605
SIS	2	1	Rua Lindolfo Collor, 65, Engenho do Meio, Recife – PE, 50730-605

TOTAL DE POSTOS	POSTOS TIPO 1	POSTOS TIPO 2	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS
122	61	61	122

Nomenclatura do Posto:

PROFISSIONAL	TIPO DO POSTO	REGIME DE TRABALHO
Porteiro	Tipo 1	Regime de trabalho diarista, de segunda-feira a sexta-feira, das 06h às 14h, e 4 horas aos sábados, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 Porteiro.
Porteiro	Tipo 2	Regime de trabalho diarista, de segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 22h, e 4 horas aos sábados, das 12h às 16h, totalizando 44 horas semanais, com 01 Porteiro.

PROFISSIONAL	CBO	ATIVIDADES
Porteiro	5174-15	Controle, operação e fiscalização de portaria, recepcionam e orientam visitantes. Zeram pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem higienizações simples nos locais de trabalho.

**Anexo III - ETP Portaria - ANEXO III (ROTINAS,  
ATRIBUIÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO).pdf**

## **ANEXO III**

### **(ROTINAS, ATRIBUIÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO)**

#### **Rotinas**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas. Os horários de trabalho do efetivo devem atender as necessidades operacionais dos serviços.

Devido a essa característica da atividade (que complementa, na UFPE, o chamado “cinturão de segurança”) a ser mantida no âmbito da UFPE e dos horários de trabalho dispostos nos postos, a Contratada deverá pagar o adicional denominado de **Intrajornada**, àqueles profissionais submetidos ao regime de trabalho.

A contratada deve distribuir o quantitativo profissional de modo a assegurar a execução dos serviços nos turnos de funcionamento da UFPE, compreendendo os horários contratados.

Na gestão dos profissionais envolvidos nas atividades do objeto deste Estudo Técnico Preliminar-ETP, para a plena execução das atividades, a CONTRATADA deverá oferecer treinamento e capacitação aos seus profissionais, de modo a assegurar a execução a contento dos serviços a serem prestados, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar-ETP e em seus anexos, bem como no Contrato a ser firmado.

#### **Atribuições dos Profissionais**

- Recepcionar e orientar visitantes e usuários do sistema, nas edificações onde estão lotados;
- Zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades.
- Controlar o fluxo de pessoas, identificando-as e encaminhando-os aos locais desejados.
- Encaminhar portadores de mercadorias, volumes diversos e correspondências aos devidos locais de recebimento;
- Comunicar-se com o serviço de Segurança Institucional (Orgânica e Contratada), via radiocomunicação, com o objetivo de manter a prevenção do sistema de segurança nas edificações.
- Fazer Higienização simples nos locais de trabalho.
- Zelar e fazer zelar pelas obrigações da empresa contratada, no que couber às atividades de rotina, comunicando quaisquer alterações ao preposto da empresa.

Os profissionais envolvidos nos Serviços contratados deverão:

### **Condições de trabalho**

Serviços a serem executados nas Portarias/Recepções de edificações da UFPE, campus Recife, incluindo edificações da área externa ao campus Joaquim Amazonas, em ambiente fechado e protegido (área interna das edificações). Os locais estão elencados no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar-ETP.

**Anexo IV - ETP Portaria - ANEXO IV (ORDEM DE  
SERVIÇO).pdf**

**ANEXO IV**  
**(ORDEM DE SERVIÇO).**

ORDEM DE SERVIÇO

1

1. DADOS DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:     /     /	Serviço:
Contrato nº:         /2020	Processo nº

2

2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: fixo:                      móvel (whatsApp):	E-mail:

3

3. DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

4

4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

5

5. DEMAIS DETALHAMENTOS	

6

6. DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO	

7

7. RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

8

8. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
-----------------------------------	--

Recife, ..... de ..... de 2020

\_\_\_\_\_  
Responsável pela contratação do serviço

Recife, ..... de ..... de 2020.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela avaliação do serviço

**Anexo V - ETP Portaria - ANEXO V (Laudo Técnico –  
SESST).pdf**



## ANEXO V (Laudo Técnico – SESST)

### *Laudo Técnico – SESST*

**LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº  
009/2020**

Processos 23076.012371/2019-74

#### **EMPRESA**

---

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco

ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade

Universitária – Recife/PE CNPJ: 24.134.488/0001-88

LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco – Campus Recife

#### **I. INTRODUÇÃO**

---

Por solicitação do Sr. Artur Albuquerque Santos, Chefe da Divisão de Projeto de Segurança e Tecnologia da Superintendência de Segurança Institucional SSI/UFPE por meio do processo 23076.012371/2019-74 (ordem 64), contendo o Estudo Técnico Preliminar para, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD (ordem 51), **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS** do Campus Joaquim Amazonas e Campus Centro, foi elaborado o presente Laudo Técnico das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais da empresa contratada, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei nº. 6.514/1977), Portaria Ministerial nº 3.214/1978, Lei 8.666/1993 e Decreto Federal 2.271/1997, Instrução Normativa 5/2017 e suas alterações.

---



## II. PROFISSIONAIS A SER CONTRATADOS POSTOS DE TRABALHO (Informação transcrita do anexo II PB)

Segundo anexo II do Estudo Técnico Preliminar-ETP - Locais, Quantitativos e Endereços dos Postos de Serviços:

POSTO DE TRABALHO	CATEGORIA PROFISSIONAL / Porteiro	QTDE
	Anexo CB Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	Biblioteca do CCS Av. Prof. Nelson Chaves, S/N – Cidade Universitária - 50670-470	01

Posto Tipo 1	Biblioteca Central Av. dos Reitores, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	Biomedicina Av. Prof. Nelson Chaves, S/N – Cidade Universitária - 50670-470	01
	CB Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	Ciências da Saúde Av. Prof. Nelson Chaves, S/N – Cidade Universitária - 50670-470	01
	Casa Mista Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901	01
	Casa Feminina Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901	01
	CEU Masculina Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901	01
	CIN 1 Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900	01
	CIN 2 Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900	01
	Centro de Ciências Médicas Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	CCJ Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista	01
	CCJ (anexo I) Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista	01



Posto Tipo 1 (continuação)	Colégio Aplicação Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670-900	01
	Coordenação da Área II Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560	01
	Centro de Educação Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670-900	01
	CER Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	CEERMA Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	CFCH Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670-900	01
	CAC Av. dos Arquitetos, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	CCEN Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530	01
	CCSA Av. dos Funcionários, S/N - Cidade Universitária - 50670-901	01
	CIS Av. Jorn. Aníbal Fernandes, 173 - 50740-560	01
	Centro Tecnologia e Geociência Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670-900	01
	Centro Cultural Benfica Rua Benfica, 157 – Madalena - 50720-001	01
	Clínica Escola de Fisioterapia Av. Prof. Moraes, 1235 – 50670 - 901	01
	DEMEC Rua do Hospício, S/N - Boa Vista – 50.	01
	Departamento Psicologia Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560	01
	DINE Av. Jorn. Aníbal Fernandes, S/N - 50740-560	01
	DEC Rua Benfica, 157 – Madalena - 50720-001	01
	Departamento de Fisioterapia Av. Prof. Moraes, 1235 – 50670-901	01
	Departamento de Terapia Ocupacional Av. Da Engenharia – S/N - Cidade Universitária, Recife – PE – 50670- 420	01
	Departamento de Energia Nuclear Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530	01
	Departamento de Física Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530	01
	Departamento de Hotelaria e Turismo Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária- 50670-901	01
	Departamento de Química Fundamental Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560	01
	Departamento de Antibióticos Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901	01
	Departamento de Farmácia Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária -50670-901	01
	Engenharia de Produção Av. da Arquitetura, 211-351 - Cidade Universitária - 50740-550	01
	Editora Universitária Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N – Várzea- 50670-900	01



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho



	GINFRA/CIN Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/n, Cidade Universitária (Campus Recife), CEP: 50.740-560 - Recife - PE	01
	LITPEG Av. da Arquitetura, S/N - 50740-550	01
Posto Tipo 1 (continuação o)	Laboratório Central Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	Memorial de Medicina /COVEST Praça do Berby, S/N – Derby – 50.	01
	NAE Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária - 50670 – 901	01
	NASE Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900	01
	NTI Av. dos Reitores, S/N- Cidade Universitária 50670-901	01
	NTVRU Av. Norte Miguel Arraes, 68 – Santo Amaro 50040-200	01
	Niate CFCH/CCSA Av. dos Funcionários, S/N – Cidade Universitária Recife -PE 50670-901	01
	Niate CTG/CCEN Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560	01
	Niate CB/CCS Av. Reitor Joaquim Amazonas Recife, S/N - PE 50740-570	01
	Odonto Buco Facial Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901	01
	Odontologia Preventiva Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901	01
	Oceanografia Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	PROAES Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária -50670 - 901	01
	Reitoria portaria 1 Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária -50670 - 901	01
	Reitoria portaria 2 Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária -50670 - 901	01
	SINFRA Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	STI (Superintendência de Tecnologia da Informação) Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901	01
	SIS Av. Jorn. Aníbal Fernandes, 173 - 50740-560	01

Posto Tipo 2	Anexo CB Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	Biblioteca do CCS Av. Prof. Nelson Chaves, S/N – Cidade Universitária - 50670-470	01
	Biblioteca Central Av. dos Reitores, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	Biomedicina Av. Prof. Nelson Chaves, S/N – Cidade Universitária - 50670-470	01
	CB Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	Ciências da Saúde Av. Prof. Nelson Chaves, S/N – Cidade Universitária - 50670-470	01
	Casa Mista Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901	01



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho



Casa Feminina Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901	01
CEU Masculina Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária 50670 - 901	01
CIN 1 Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900	01
CIN 2	01

Posto Tipo 2 (continuação o)	Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900	
	Centro de Ciências Médicas Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	CCJ Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista	01
	CCJ (anexo I) Praça Adolfo Cirne, S/N – 50050-060 – Boa Vista	01
	Colégio Aplicação Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670-900	01
	Coordenação da Área II Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560	01
	Centro de Educação Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670-900	01
	CER Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	CEERMA Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	CFCH Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária - 50670-900	01
	CAC Av. dos Arquitetos, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	CCEN Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530	01
	CCSA Av. dos Funcionários, S/N - Cidade Universitária - 50670-901	01
	CIS Av. Jorn. Aníbal Fernandes, 173 - 50740-560	01
	Centro Tecnologia e Geociência Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - Cidade Universitária -50670-900	01
	Centro Cultural Benfica Rua Benfica,157 – Madalena - 50720-001	01
	Clínica Escola de Fisioterapia Av. Prof. Moraes, 1235 – 50670 - 901	01
	DEMEC Rua do Hospício, S/N - Boa Vista – 50.	01
	Departamento Psicologia Av. Jorn. Aníbal Fernades, S/N - 50740-560	01
	DINE Av. Jorn. Aníbal Fernades, S/N - 50740-560	01
	DEC Rua Benfica,157 – Madalena - 50720-001	01
	Departamento de Fisioterapia Av. Prof. Moraes, 1235 – 50670-901	01
	Departamento de Terapia Ocupacional Av. Da Engenharia – S/N - Cidade Universitária, Recife – PE – 50670- 420	01
	Departamento de Energia Nuclear Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530	01
	Departamento de Física Av. Prof. Luiz Freire, S/N - 50740-530	01



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho



	Departamento de Hotelaria e Turismo Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária- 50670-901	01
	Departamento de Química Fundamental Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560	01
	Departamento de Antibióticos Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901	01
	Departamento de Farmácia Av. Prof. Artur de Sá, S/N - Cidade Universitária -50670-901	01
Posto Tipo 2 (continuação o)	Engenharia de Produção Av. da Arquitetura, 211-351 - Cidade Universitária - 50740-550	01
	Editora Universitária Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N – Várzea- 50670-900	01
	GINFRA/CIN Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/n, Cidade Universitária (Campus Recife), CEP: 50.740-560 - Recife - PE	01
	LITPEG Av. da Arquitetura, S/N - 50740-550	01
	Laboratório Central Av. Prof. Nelson Chaves, S/N - Cidade Universitária - 50670-470	01
	Memorial de Medicina /COVEST Praça do Berby, S/N – Derby – 50.	01
	NAE Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária - 50670 – 901	01
	NASE Av. Acadêmico Hélio Ramos, S/N - 50670-900	01
	NTI Av. dos Reitores, S/N- Cidade Universitária 50670-901	01
	NTVRU Av. Norte Miguel Arraes, 68 – Santo Amaro 50040-200	01
	Niate CFCH/CCSA Av. dos Funcionários, S/N – Cidade Universitária Recife -PE 50670-901	01
	Niate CTG/CCEN Av. Jornalista Anibal Fernandes, s/nº Cidade Universitária - Recife, PE - CEP 50.740-560	01
	Niate CB/CCS Av. Reitor Joaquim Amazonas Recife, S/N - PE 50740-570	01
	Odonto Buco Facial Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901	01
	Odontologia Preventiva Av. dos Economistas, S/N – Cidade Universitária - 50670- 901	01
	Oceanografia Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	PROAES Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária -50670 - 901	01
	Reitoria portaria 1 Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária -50670 - 901	01
	Reitoria portaria 2 Av. Prof. Moraes, 1235 – Cidade Universitária -50670 - 901	01
	SINFRA Av. da Arquitetura, S/N - Cidade Universitária 50670-901	01
	STI (Superintendência de Tecnologia da Informação) Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901	01
	SIS Av. Jorn. Aníbal Fernandes, 173 - 50740-560	01
	<b>TOTAL</b>	<b>122</b>
	<b>L</b>	



### **III. JORNADA DE TRABALHO, ROTINAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

A jornada de trabalho está descrita no anexo II – Tipos de Postos e Quantitativo de Postos do Estudo Técnico Preliminar:

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas.

Porto 1: regime de trabalho diarista, de segunda-feira a sexta-feira, das 06h às 14h, e 4 horas no sábado, das 8 às 12 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 Porteiro.

Posto 2: regime de trabalho diarista, de segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 22h, e 4 horas no sábado, das 12 às 16 horas, totalizando 44 horas semanais, com 01 Porteiro.

As rotinas e condições de trabalho estão descritas no anexo III – Rotinas do Estudo Técnico Preliminar

---

### **IV. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE**

---

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

Tomando como referência a Norma Regulamentadora NR-15 – Atividades e Operações Insalubres da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

- Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;
- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14;
- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a: GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário mínimo regional); GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário mínimo regional); GRAU

MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário mínimo regional).

Ainda conforme a NR-15, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.



## V. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a Norma Regulamentadora NR-16 – Atividades e operações perigosas da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios/participação nos lucros da empresa. Vale ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

Visto que no anexo III – Rotinas do Estudo Técnico Preliminar às condições de trabalho não especifica que a empresa deve ser prestadora de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme Lei No. 7102/1983 e suas alterações posteriores, os trabalhadores não devem ser submetidos a atividades ou operações que os exponham a roubos ou outras espécies de violência física de forma direta. Conforme conversa junto ao Sr. André Luiz Ribeiro da Silva, Diretor Administrativo da Superintendência de Segurança Institucional explicou que as ações na área externa das edificações se limitam a acionar a empresa contratada especializada em serviço de vigilância, atualmente a TKS, caso necessário.

## VI. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

As atribuições e condições de trabalho estão descritas no anexo III do Estudo Técnico Preliminar.

CARGO: PORTEIRO - Posto 1 e Posto 2		
Recepcionar e orientar visitantes e usuários do sistema, nas edificações onde estão lotados; Zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios e outras anormalidades; Controlar o fluxo de pessoas, identificando-as e encaminhando-as aos locais desejados; Encaminhar portadores de mercadorias, volumes diversos e correspondências aos devidos locais de recebimento; Comunicar-se com o serviço de Segurança Institucional (Orgânica e Contratada), via radiocomunicação, com o objetivo de manter a prevenção do sistema de segurança nas edificações; Fazer manutenções simples nos locais de trabalho; Zelar e fazer zelar pelas obrigações da empresa contratada, no que couber às atividades de rotina, comunicando quaisquer alterações ao preposto da empresa.		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	Campus Recife - UFPE	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Área interna das edificações	122



IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos ergonômicos: Postura estática - Trabalho sentado Monotonia (inerente à função)	Alternância de atividades (posturas – trabalho em pé/trabalho sentado)

## IX. MEDIDAS DE CONTROLE

a)

### MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de proteção coletiva devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos, podendo ser, por exemplo: pausas e revezamentos, redução do tempo de exposição, substituição de produtos nocivos, treinamentos/capacitações, realocação de postos de trabalho e/ou fontes geradoras de riscos, entre outros. Com base na APR:

- Alternância de atividades (posturas).

#### b) MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esgotando-se as possibilidades de implantação de medidas de proteção coletiva, medidas de organização do trabalho **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**, no sentido de prover melhorias nas instalações, sob o ponto de vista da saúde e segurança ocupacional.

#### c) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual.

Com base na Análise Preliminar de Riscos, não foi identificada a necessidade de uso de EPIs para desenvolvimento das funções. Durante a vigência do contrato, caso haja alteração nas atividades/ambiente de trabalho que impliquem no surgimento de novos riscos, o setor de SST deverá ser acionado para reavaliação.

## X. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Para caracterização do adicional de insalubridade, foram analisadas as atividades constantes no Anexo III – Rotinas, do Estudo Técnico Preliminar. A avaliação das atividades visando à caracterização do contato permanente *versus* contato eventual para concessão deste adicional foi realizada através da aplicação da fundamentação legal, conforme os critérios estabelecidos na Norma Regulamentadora NR-15, da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho



- **RISCOS FÍSICOS** Inexistentes

---

- RISCOS BIOLÓGICOS Inexistentes

- RISCOS QUÍMICOS

UFPE -  
Universidade  
Federal de  
Pernambuco  
SESST – Serviço  
de Saúde e  
Segurança do  
Trabalho

Inexistentes

**XI. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO  
DE PERICULOSIDADE**

---

Não há atividades perigosas previstas no Estudo Técnico Preliminar.

## **XII. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES**

---

- Conforme item VI deste laudo, visto que no anexo III – Estudo Técnico Preliminar para contratação da empresa não especifica que ela deve ser prestadora de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme Lei No. 7102/1983 e suas alterações posteriores, **os trabalhadores não devem ser submetidos a atividades ou operações que os exponham a roubos ou outras espécies de violência física de forma direta;**
- Medidas adicionais referentes à prevenção de agressões/assaltos devem ser garantidos: **iluminação adequadas nos locais, a existência de radiocomunicador com frequência da segurança patrimonial/UFPE e escolta armada e motorizada/contratados;**
- Embora não tendo sido identificada a necessidade de uso de EPIs para desenvolvimento das funções de porteiro, caso haja alteração nas atividades/ambiente de trabalho que impliquem no surgimento de novos riscos, o setor de SST deverá ser acionado para nova avaliação;
- A empresa fica obrigada a estabelecer uma **CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes** ou seu designado, conforme requisitos da NR-05 e disponibilizar a documentação atualizada;
- A empresa contratada deverá **capacitar inicialmente** e de **forma continuada** os seus funcionários nas atribuições da função;
- Devem ser observados requisitos adicionais de biossegurança relacionadas ao enfrentamento do SARS-CoV-2 por autoridade em vigilância sanitária e/ou Ministério da Saúde por meio de orientações técnicas vigentes e emitidas posteriormente a este Laudo - com destaque as atividades administrativas constantes nas rotinas estabelecidas;
- A empresa contratada deverá atender à exigência legal da NR-07, apresentando ao SESST/UFPE o **PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**, conforme Lei No. 6514/1977 e Portaria 3214/1978;
- A empresa contemplada deverá atender à exigência legal da NR-9, apresentando ao SESST/UFPE o documento que estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, com as medidas de prevenção para os riscos ocupacionais, conforme Lei No. 6514/77 e Portaria 3214/78, apresentando as medidas de controle de riscos propostas; - Manter disponíveis: água potável para consumo e instalações sanitárias adequadas, bem como local apropriado para guarda de seus pertences pessoais;
- Apresentar plano de manutenção preventiva dos radiocomunicadores;
- Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais, devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, sendo que 01 (uma) via dela deverá ser entregue ao Gestor do contrato que deverá encaminhar uma cópia ao SESST, no prazo de até 24 h após o acidente;
- É imprescindível observar as recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos deste laudo.

## **XIII. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

---

- a) Portaria nº. 3214, de 03/06/1978 e suas Normas Regulamentadoras, Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;
- b) Lei nº. 6514, de 22/12/1977;
- c) Lei nº. 8112 de 11/12/1990, Regime Jurídico Único.
- d) Portaria nº. 518 de 04/04/2003, Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;
- e) Decreto-lei nº. 5452 de 01/05/1943 (aprova a CLT).

---

#### xiv. CONCLUSÃO

Segundo critérios da Norma Regulamentadora NR-15 e NR-16 da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, não há atividades insalubres ou perigosas nas atividades dos Porteiros.

Ressaltamos que este laudo **NÃO** substitui o Laudo técnico de insalubridade e periculosidade que deve ser emitido pela **empresa contratada**, portanto, empregadora, segundo estabelece a NR- 15 (15.4.1.1), bem como a NR-16 (16.3), visto que o propósito deste laudo se limita a avaliar de forma **preliminar** a concessão de adicionais ocupacionais para composição da Planilha de Custo e Formação de Preços. Além disso, do ponto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle (organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual), entretanto, elas podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

Faz-se indispensável que o **GESTOR DO CONTRATO** monitore o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de

**GARANTIR** que elas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.

As atividades dos contratados poderão ser **acompanhadas PELA SESST** durante a vigência do contrato, com foco no cumprimento das recomendações propostas neste laudo, com o objetivo de verificar o cumprimento dos aspectos legais, visando à construção e o cultivo de uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro, em um ambiente satisfatório.

Recife, 03 de dezembro de 2020.

Sandra Torres Zarzar  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA PE16020

Flávia Ataíde da Motta  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA/PE 36333D-PE



**FOLHA DE  
ASSINATURAS**

---

*Emitido em 03/12/2020*

**LAUDO PERICIAL COPIA Nº 348/2020 - SESST PROGEPE (11.07.49)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 03/12/2020 16:02 )*

**FLAVIA ATAIDE DA MOTTA**  
ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO  
2241911

*(Assinado digitalmente em 03/12/2020 15:17 )*

**SANDRA TORRES ZARZAR**  
ENGENHEIRO DE SEG DO  
TRABALHO 2058447

**Anexo VI - ETP Portaria - ANEXO VI (Instrumento de  
Medição de Resultado-IMR).pdf**

# ANEXO VI

## (Instrumento de Medição de Resultado-IMR)

### Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

#### 1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Fica instituído, como parte integrante do contrato celebrado, o Instrumento de Medição de Resultados, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita pelo Fiscal por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3. As situações abrangidas pelo presente instrumento se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 1.4. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.
- 1.5. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

*Sanções Ver item 3.2* 1.6 Este anexo é parte indissociável do Estudo Técnico Preliminar-ETP, do contrato e de seus demais anexos.

#### 2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

- 2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de DOIS indicadores de qualidade:

- *Cumprimento de horário e disciplina;*
- *Reposição de pessoal ausente;*

- 2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

*2.2.1 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.*

*2.2.3 A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.*

- 2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - CUMPRIMENTO DE HORÁRIOS E DISCIPLINA	
ITEM	DESCRIÇÃO
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir o cumprimento de horários e disciplina na prestação de serviço.</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Nenhuma ocorrência no mês</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Constatação formal de ocorrências</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Presencial, através do Fiscal técnico</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Por evento/constatação</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso ou indisciplina no mês de referência</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 5 Pontos</i> <i>1 ocorrência = 4 pontos</i> <i>2 ocorrências = 3 pontos</i> <i>3 ocorrências = 2 pontos</i> <i>4 ocorrências = 1 pontos</i> <i>5 ou mais ocorrências = 0 pontos</i>
INDICADOR 2 – REPOSIÇÃO DE PESSOAL AUSENTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir a reposição das ausências</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Cobrir todas as ausências</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Controle de frequência dos funcionários</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Conferência dos fiscais técnicos e setoriais</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Díaria</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Ocorrer ausência sem reposição</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 5 Pontos</i> <i>1 ocorrência = 4 pontos</i> <i>2 ocorrências = 3 pontos</i> <i>3 ocorrências = 2 pontos</i> <i>4 ocorrências = 1 pontos</i> <i>5 ou mais ocorrências = 0 pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>

### 3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1 A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 10 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

<i>Pontuação total do serviço =</i>	<i>Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2"</i>
-------------------------------------	--

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

<i>Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço</i>	<i>Pagamento devido</i>	<i>Fator de Ajuste de nível de serviço</i>
<i>De 9 a 10 pontos</i>	<i>100% do valor previsto</i>	<i>1,00</i>
<i>8 pontos</i>	<i>99% do valor previsto</i>	<i>0,99</i>
<i>7 pontos</i>	<i>96% do valor previsto</i>	<i>0,96</i>
<i>6 pontos</i>	<i>93% do valor previsto</i>	<i>0,93</i>
<i>5 pontos</i>	<i>90% do valor previsto</i>	<i>0,90</i>
<i>Abaixo de 5 pontos</i>	<i>90% do valor previsto mais multa</i>	<i>0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual</i>

*Valor devido MENSAL = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]*

3.3. As avaliações abaixo de 5 pontos por três vezes poderão ensejar a rescisão do contrato.

### 4. ITENS PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS PELA FISCALIZAÇÃO

4.1. INDICADOR 1 - Cumprimento de horários e disciplina

ITEM PARA OBSERVAÇÃO	CONFORME	NÃO CONFORME
----------------------	----------	--------------

Assiduidade. Quantos atrasos acima de 15min (        )		
Disciplina		

#### 4.2. INDICADOR 2 - Reposição de pessoal ausente

ITEM PARA OBSERVAÇÃO	CONFORME	NÃO CONFORME
Funcionários Ausentes sem reposição? Quantos (        )		

#### 5. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

<i>Indicador</i>	<i>Critério (Faixas de Pontuação)</i>	<i>Pontos</i>	<i>Avaliação</i>
<i>1 – Cumprimento de horários e disciplina</i>	<i>Sem ocorrências</i>	<i>5</i>	
	<i>1 ocorrência</i>	<i>4</i>	
	<i>2 ocorrências</i>	<i>3</i>	
	<i>3 ocorrências</i>	<i>2</i>	
	<i>4 ocorrências</i>	<i>1</i>	
	<i>5 ocorrências ou mais</i>	<i>0</i>	
<i>2 – Reposição de pessoal ausente</i>	<i>Sem ocorrências</i>	<i>5</i>	
	<i>1 ocorrência</i>	<i>4</i>	
	<i>2 ocorrências</i>	<i>3</i>	
	<i>3 ocorrências</i>	<i>2</i>	
	<i>4 ocorrências</i>	<i>1</i>	
	<i>5 ocorrências ou mais</i>	<i>0</i>	
<i>Pontuação Total do Serviço</i>			

**Anexo VII - ETP Portaria - ANEXO VII (PLANILHA DE  
CONTROLE DE TERCEIRIZADOS).pdf**

## PLANILHA DE CONTROLE DE TERCEIRIZADOS

[illegible]